



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0543/10	DATA: 11/05/2010
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 16h57min	DURAÇÃO: 01h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h58min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO – Conselheiro do Edifício Cachoeira, São Paulo. ANTÔNIO MOLINA – Conselheiro do Edifício Anália Franco, São Paulo. DINALVA LOMBARDI – Conselheira do Edifício Anália Franco, São Paulo. MARCELO FECHIO SANTOS – Representante da Associação dos Adquirentes de Apartamentos do Empreendimento Saint Phillipe, São Paulo. CLÉBER BORGES DE AGUIAR – Diretor da Associação dos Adquirentes de Apartamentos do Residencial Vila Clementino, São Paulo.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre lesões patrimoniais e morais sofridas em decorrência de possíveis fraude e estelionato praticados pela Cooperativa Habitacional dos Bancários — BANCOOP.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Declaro aberta esta reunião de audiência pública, aprovada a requerimento deste Deputado e destinada a obter esclarecimentos sobre lesões patrimoniais e morais sofridas em decorrência de possíveis fraude e estelionato praticados pela Cooperativa Habitacional dos Bancários — BANCOOP.

Aberta a reunião, convido para tomar assento à Mesa as seguintes pessoas: o Sr. Marcos Sérgio Migliaccio, Conselheiro do Edifício Cachoeira; o Sr. Antônio Molina, Conselheiro do Edifício Anália Franco; o Sr. Marcelo Fechio Santos, membro da Associação Saint Phillipe; o Sr. Cléber Borges de Aguiar, Diretor da Associação de Adquirentes de Apartamentos do Residencial Vila Clementino; e a Sra. Dinalva Lombardi, Conselheira do Edifício Anália Franco.

Gostaria de informar aos Srs. Deputados que a Sra. Dalva Regina Massolini, representante da Associação de Adquirentes do Edifício Cachoeira, informou que, por motivos de saúde, não poderia comparecer à presente audiência. Fica justificada, portanto, a ausência da Sra. Dalva Regina Massolini.

Antes de dar início às exposições, gostaria de fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o nosso Regimento Interno.

A Presidência está reservando a cada um dos convidados o tempo de 10 minutos, prorrogável, se for o caso, não podendo ser aparteados.

O Deputado inscrito para interpelar o expositor poderá fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, por 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Gostaria de pedir que resumissem as questões mais importantes deste tema, que os senhores já conhecem, para que possamos, abreviando esta reunião, construir um banco de dados com essas informações oficiais disponibilizadas à Comissão de Fiscalização e Controle e justificar os próximos passos a serem dados em relação a este caso, especificamente.

Gostaria de lembrar também aos senhores presentes que esta reunião está sendo gravada, que está sendo transmitida ao vivo pela Internet e também gravada para transmissão pela *TV Câmara*.

[p1] Comentário: Supervisor.:Cláudia Luiza

[p2] Comentário: Sessão:0543/10 Quarto:1 Taq.:Genilda Rev.:

[p3] Comentário: Sessão:0543/10 Quarto:2 Taq.:Genilda Rev.:



Passo a palavra ao Sr. Marcos Sérgio Migliaccio, para a sua manifestação, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Inicialmente, gostaria de agradecer a todos os Deputados desta Comissão, principalmente ao Deputado Vanderlei Macris, por ter aberto este espaço para os cooperados virem até Brasília e falarem um pouquinho sobre os problemas que acontecem lá em São Paulo.

Estão tentando fazer um “risoto” dos problemas, envolvendo um pouco de política, dizendo que os cooperados estão politizando, que estão defendendo partidos, mas isso não é verdade. Os cooperados estão, desde 2005 — são 5 anos —, na briga com a BANCOOP. Nesses 5 anos ocorreram diversas eleições, e os cooperados nunca se envolveram com isso e não estão se envolvendo com eleição presidencial. Que fique muito claro isso.

Na verdade, já fomos ao Senado; pessoas choraram no Senado — não têm casa, não têm imóvel; pagaram 150 mil reais algumas delas, e não há o menor indício de que vão obter o imóvel. Então, será que essas pessoas deveriam ficar em casa, assistindo à eleição pela televisão?

Gostaria de iniciar a nossa participação entregando à Mesa um manifesto da Seccional Horto Florestal, um empreendimento BANCOOP. Está aqui a Dra. Thelma Laranjeiras Salle, que defende os cooperados. Eles têm uma associação e mandaram um relatório para a Mesa, que gostaria que fosse considerado em outro momento. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Presidência recebe e providenciará o andamento disso.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Ao mesmo tempo, como noticiamos a vinda para Brasília, 700 pessoas participaram de um manifesto contra a Cooperativa BANCOOP, manifestando a sua indignação em relação ao que a BANCOOP faz, ao descaso principalmente.

Também faço questão de passar à Mesa documento com 700 assinaturas de vítimas da BANCOOP. Essas pessoas já protestaram na 37ª Vara. E estou deixando aqui as assinaturas originais com a Mesa, para seguir o nosso protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Presidência recebe e dará o encaminhamento de praxe.



O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Neste momento, gostaria de falar sobre a minha associação. Nós, lá no Edifício Cachoeira, montamos uma associação de moradores a partir do momento em que, após 3 anos de espera da documentação... Imaginem vocês, coloquem-se no nosso lugar: estávamos no imóvel há 3 anos, e não existia o menor sinal da escritura nem do termo de quitação. Tínhamos um documento que dizia: *“Foi finalizada toda a negociação. Você não deve mais nada. Seu saldo devedor é zero”*. As pessoas pagaram com muito custo diversas parcelas, não atrasaram, não são pessoas inadimplentes. Só para vocês terem uma ideia, são bancários, na sua grande maioria. Essas pessoas não podem ficar inadimplentes, não podem dar sequer um cheque sem fundo sem ter graves prejuízos para a sua carreira profissional. Então, os clientes da BANCOOP são pessoas honestas, não são inadimplentes.

O cerne da briga toda que existe neste caso é uma diferença residual. São muitos cenários. É difícil explicar de uma vez só, de uma tacada só. **Ninguém vai** conseguir fazer isso. Eu vou explicar a vocês o que ocorre no mundo BANCOOP.

A BANCOOP distribuía folhetos de propaganda de imóveis, como qualquer incorporadora. Eu tenho um desses folhetos de propaganda aqui, vou mostrar a vocês. Eles trazem retratos de imóveis — prédios, piscinas. Tudo muito lindo. Qualquer um de vocês, se tiver acesso a essa documentação e olhar o preço, vai ficar interessado, tenho certeza. A BANCOOP angariou muitas pessoas. A BANCOOP sempre fez propaganda, ela fazia questão de fazer propaganda, ela tinha um *marketing* muito bom, até porque ela usa a gráfica do Sindicato dos Bancários, a BANGRAF, para imprimir e divulgar todo o seu material publicitário. Então, ela ainda tem mais esse benefício, de ter uma grande gráfica — dizem que é uma das maiores da América Latina.

Dentro de toda essa propaganda, ela conseguiu angariar muitas pessoas, para que, com a adesão à cooperativa, passassem a ser cooperadas. Como cooperada, a pessoa pagava as parcelas, ficava em casa aguardando a entrega do seu imóvel. Foi assim como todo mundo.

O que aconteceu? A BANCOOP começou em 1996. Muitas pessoas aderiram entre 1998 e 2000. Hoje, praticamente 10 anos depois, o cenário é o seguinte: existem vários apartamentos prontos, averbados, registrados em cartório —

[P4] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:3 Taq.:Marcus Vinícius Rev.:



segundo a BANCOOP, são 5.337; existem diversos apartamentos inacabados; existem diversas obras paradas; existem também 2 mil apartamentos prontos, mas que não foram averbados; e existem diversas obras que nem foram iniciadas.

Então, muitas pessoas são vítimas porque moram em unidades que, para o cartório de registro de imóveis, não existem. É como se a criança existisse, mas não fosse registrada por ninguém. Então, a criança tem um péssimo histórico, porque ninguém sabe quem são o pai e a mãe. Então, no caso BANCOOP, duas mil unidades estão nessa condição.

Das unidades entregues, dessas 5.337, estão averbadas 3.406. Estas, sim, têm registro em cartório. Então, essas pessoas deveriam estar felizes? Não. Não deveriam. É incrível dizer isso, mas não deveriam. Porque, dentre essas 3.406 pessoas — vejam: essas informações são da BANCOOP, são números da BANCOOP —, cerca de 2 mil estão discutindo um débito criado para elas, sem que fosse demonstrado porque deviam. Chegou à nossa casa uma cobrança da BANCOOP. Mas a BANCOOP não dá explicação. Os valores vão de 5 mil reais a 200 mil reais.

Então, imagine você na sua casa, esperando a sua escritura, e chega uma cobrança de 200 mil reais. Alguém pode dizer: *“Esse cooperado é meio louco. Isso não acontece. Ele está inventando”*. Estão aqui representantes da Seccional Palmas, e isso aconteceu lá. O cenário é muito grave na região das Palmas: há 200 famílias morando lá, mas não existe habite-se, não existe planta, não existe projeto aprovado. Existem os imóveis, existem as pessoas, existe a dívida, mas não existe documentação nenhuma. Existe só uma tentativa de nova captação financeira.

Por que eu disse há pouco que essas pessoas que estão morando em apartamentos ou casas averbados, que têm registro em cartório, não poderiam ficar felizes, mesmo discutindo judicialmente, dentro da lei, esse suposto débito inventado pela BANCOOP? Vou contar o meu caso: eu moro na Unidade 231 do Edifício Cachoeira; um belo dia estou discutindo o débito —, recentemente saiu a sentença de inexigibilidade de débito — e sou surpreendido por um oficial de justiça. Por que isso? Porque a minha unidade foi penhorada para pagar dívida trabalhista da BANCOOP. Então, eu, que deveria estar feliz porque a minha seccional está



avermada, porque a minha unidade está registrada em cartório, por ordem judicial e depois de muita luta, fico sabendo que a minha unidade foi penhorada.

“Mas talvez tenha sido um caso fortuito”. Não. Há 15 ou 20 dias, houve uma nova penhora, no mesmo Edifício Cachoeira. Dessa vez foi um pouco pior: a unidade não foi penhorada em 1 ação trabalhista contra a BANCOOP, mas em 2 ações trabalhistas, e — pasmem! — de funcionário que trabalhou para a Germany, para a construtora dos próprios dirigentes da BANCOOP.

Imagem: a pessoa trabalhou; construiu-se a unidade; anos depois, existem pessoas morando, estão discutindo o débito; o funcionário entra na Justiça, ganha; e esse funcionário que assentou tijolo por tijolo passa a ser o instrumento pelo qual a unidade em que ele trabalhou está sendo penhorada!

[P5] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:4 Taq.:Marcus Vinícius Rev.:

Então, esses são alguns absurdos da má gestão da BANCOOP e dos seus dirigentes. Não sou eu que falo isso. Trouxe e também vou deixar com o Presidente da Mesa, Vanderlei Macris, um pequeno apanhado que fizemos, de opiniões de vários juízes. São 745 decisões na esfera cível; são 374 decisões em primeira instância e 162 decisões em segunda instância.

Não contente com a ação dos cooperados, de exigir prestação de contas, a BANCOOP foi ao Judiciário contra os cooperados, cobrando o que ela acha ser devido. E o que aconteceu? Um revertério. Ela estava tentando retomar as unidades. Dentro do suposto cooperativismo, se a pessoa ficar inadimplente por mais de 3 meses, a cooperativa tem direito a retomar o imóvel. Sabendo disso, ela entrou com ações possessórias, monitórias. E já reunimos, só no Fórum Santana, 160 decisões de inexigibilidade de débito, nas quais o juiz diz claramente que a BANCOOP não anexa nada nos autos que comprove o suposto débito inventado pela direção da cooperativa.

Aqui no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, estão as apelações. Sai da segunda instância, acaba caindo no STJ. Já são mais de 46 as apelações da BANCOOP negadas. Ela também sofreu um revertério e um insucesso na sua cobrança.

Obviamente, como são 745 decisões, não podemos ler todas. Só vou citar uma: *“Necessidade de aporte”* — da BANCOOP — *“deve ser atribuída a falhas de gestão”*; *“Houve má administração perpetrada pela requerida (Bancoop)”*.



No Fórum Central, o Juiz Airton Pinheiro diz: *“Vem aqui a ré (Bancoop), descaradamente, refutar a sua condição de incorporadora com argumentos falaciosos e evidência abundante de argumentos absolutamente imprestáveis”.*

Vou citar mais uma, em que a juíza mostra a sua indignação: *“Bancoop vendeu imóvel por 68 mil reais. O cooperado, com valor reajustado, pagou 116. Incrivelmente, a Bancoop quer 200 mil reais”.*

Então, esses são alguns absurdos que os cooperados estão enfrentando no seu dia a dia.

Separei aqui 137 sentenças, que também vou deixar com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Permite-me, Marcos?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Você poderia deixar com a gente esse resumo das decisões?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Faço questão de passar às suas mãos, assim como o apanhado em todos os Fóruns da Capital de São Paulo.

A BANCOOP recentemente enviou seu representante ao Senado. E ele falou muitas coisas, entre elas o acordo com o Ministério Público de São Paulo. Realmente ocorreu o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Só pediria, se fosse possível, que V.Sa. abreviasse. Depois, durante as perguntas que vamos fazer, haverá possibilidade de complementação.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - O.k.

Então, na sequência, gostaria de comentar a ação civil pública do Ministério Público com a BANCOOP, em que existe uma particularidade muito importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Vamos passar a palavra ao Sr. Antônio Molina, por 10 minutos.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Boa tarde a todos.

Obrigado pelo convite para estar aqui com o Deputado Vanderlei.

Vou fazer um rápido resumo sobre a minha situação e sobre a situação de 264 famílias do meu empreendimento. Na realidade, quase todas estão na mesma



situação em que estou, e represento muitas delas. Elas me dão o direito de falar por elas. Nem todas, mas a maioria delas.

Vou fazer um rápido relato, de 7 ou 8 minutos, sobre a minha situação e a do meu empreendimento.

Tudo começou no início de 2001, quando minha mulher e meus filhos iam à escola e viram o empreendimento Anália Franco. Avaliando melhor as condições da compra do apartamento, resolvemos investir num sonho. A nossa responsabilidade: pagar rigorosamente todas as 54 prestações. O valor total do apartamento, na época, seria de 89.900 reais, sendo que o pagamento deveria ser feito da seguinte maneira: 3 parcelas de 1.800 e 54 parcelas de mil, quinhentos e uns quebrados — vou excluir os pequenos valores para não tomar mais tempo. E tínhamos de pagar 25 reais junto com a prestação, por um seguro.

A primeira parcela foi paga no dia 25 de junho de 2001, no valor já reajustado de 1.638, mais o valor do seguro. E a última parcela foi paga em 16 de fevereiro de 2004, já no valor de 2.180 — 54 parcelas que reduzi com adiantamento. Entre a primeira parcela e a última, houve algumas antecipações, como disse agora; mais uma diferença de andar, que no meu caso resultou em 8 parcelas de 181 reais. Além disso, foi paga uma parcela de resíduo final, no dia 25 de fevereiro de 2002, no valor de 88 reais, juntamente com a parcela do mesmo mês.

Cumpridas as minhas obrigações, começaram a aparecer os meus problemas. Com a possibilidade de não receber o meu apartamento na data prevista, visto que me tinha desfeito do meu antigo apartamento, a única moradia que tinha, como hoje é a única que tenho, procurei a BANCOOP e fui muito mal recebido. Saí dali, naquele dia, sem nenhuma solução. Posteriormente, recebi uma carta, datada do dia 18 de julho de 2004, informando o atraso da obra para dezembro de 2004. Procurei novamente a BANCOOP, mas não fui recebido. Nunca havia horário para me atenderem, para me receberem. Tive, então, de alugar um apartamento para conseguir manter a minha família abrigada.

Outra satisfação da BANCOOP ocorreu com uma carta, datada do dia 3 de novembro de 2004, informando que o apartamento não seria mais entregue em dezembro. O *check-list* só seria feito em março de 2005! Novamente com a minha

[P6] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:5 Taq.:Marcus Vinícius Rev.:



indignação. Essa carta continha erros de datas, com relação à carta enviada anteriormente.

Cada vez mais, naquela época, tinha certeza de que a organização da BANCOOP era de se questionar.

Posteriormente, recebi uma terceira carta, datada do dia 22 de fevereiro de 2005 — tenho todas elas; se houver necessidade, mando para vocês. Mais uma vez, para a minha indignação, constava nela outro atraso na entrega. A carta explicava os motivos: problemas de estrutura, que os impediram de entregar o imóvel a tempo. Contudo, houve atraso no *check-list*. Consequentemente, a entrega das chaves só ocorreu em 16 de maio de 2005, 10 meses, portanto, depois da data estipulada no contrato. A Cláusula 8ª, Item 2, do contrato dizia que a entrega seria em julho de 2004 e que o prazo máximo de atraso estipulado seria de 6 meses, conforme o §5º da mesma cláusula citada acima.

Pois bem. Depois que recebi o meu apartamento — estou morando nele até hoje —, o restante da obra não andava. Não havíamos comprado apenas um apartamento, mas, sim, um empreendimento que continha quadras, piscinas, churrasqueiras e uma série de atrativos. Posteriormente, além de a obra estar parada, começaram a surgir rumores de que teríamos de arcar com o término da obra, com a má gestão, com os desvios de dinheiro, com um desconhecido empréstimo solidário e outros. Na época, eram só rumores, mas alguns deles se confirmaram posteriormente.

No final de 2006, fomos convocados para uma reunião com o Dr. Vaccari Neto, a fim de negociar prováveis cobranças extras sobre o nosso empreendimento, chamadas de aporte, que não existiam em nossos contratos, como não existem até hoje. Estou com o contrato aqui para mostrar a vocês, se quiserem.

Nessa reunião, juntamente com outros condôminos, debatemos em defesa de todas as pessoas envolvidas, que seriam prejudicadas com aquele pretendido acordo. Para fazer o tal acordo, fizemos algumas exigências. Quais foram? Que não houvesse mais nenhum aporte, que, se tivéssemos de pagar, que aquele fosse o último; que o prazo de entrega da obra não ultrapassasse novamente a data agendada, porque eles já tinham atrasado uma vez, para que não atrasassem pela segunda vez; que os condôminos recebessem as suas respectivas escrituras ao

[P7] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:6 Taq.:Rosilene Rev.:



término do pagamento desse suposto aporte, e algumas outras, somente para a segurança de todos os cooperados. A gente só queria segurança.

Bom, pasmem: nenhuma dessas propostas foi aceita. Nenhuma. Eram várias. Nenhuma foi aceita.

Referentemente à votação do acordo, manifestei-me para que fosse votado nominalmente, com a apresentação do crachá e do RG. Assim foram votadas as condições da BANCOOP e, por maioria de votos, foram negadas. Porque era um absurdo o que eles nos ofereciam e seria um absurdo as pessoas concordarem com isso.

Após alguns meses, a mesma pauta foi novamente votada, em nova convocação feita pela BANCOOP, com um número muito maior de pessoas, algumas das quais eu nunca tinha visto em nenhuma reunião no Anália Franco. Nunca tinha visto. Essa votação foi feita de modo que essas pessoas somente deveriam levantar os crachás, sem nenhuma identificação. Com isso, a BANCOOP conseguiu o que queria: a aprovação da ata.

Não concordando com o resultado da votação e com a cobrança indevida pela BANCOOP, mediante o meu contrato, procurei um advogado para buscar os meus direitos. E, a partir do dia 25 de abril de 2007, comecei a depositar o meu suposto aporte em juízo, no valor inicial de R\$529,27. Até hoje já foram pagas 37 prestações, sendo que algumas delas substituíram itens essenciais para o bem-estar da minha família.

A partir daí, comecei a acompanhar do meu apartamento, que tem sacada para o fundo da obra, o restante do empreendimento. Escavações de fundações eram feitas com pá e picaretas. Pasmem! Era isso mesmo! Remoção de terra com lata. Sem contar que observei por meses a falta de profissionais trabalhando na obra. Quando não tinha ninguém trabalhando, encontrávamos 2 ou 3 homens, no máximo, fazendo o trabalho citado acima.

A obra foi se arrastando até o descumprimento do cronograma já estipulado naquele acordo. Eles apresentaram um cronograma a ser realizado, naquele acordo. E novamente, como no contrato anterior, eles descumpriram o cronograma, tanto é que a obra está parada há mais de 5 meses, e nada sai de lá.



Depois de algum tempo, fomos convocados para outra reunião, para a aprovação das contas de 2005, 2006, 2007 e 2008, outro fato que me indignou, pois não poderíamos aprovar contas de 4 anos anteriores.

Só pude ter acesso à reunião com um crachá e uma pulseira preta, de inadimplente. Estão aqui. Havia uma vermelha e uma preta. A pulseira preta deveria ser usada por inadimplentes, o que não me considero até hoje, em afronta a minha dignidade, sendo eu um homem que nunca devi um centavo sequer a quem quer que fosse. Estava ali eu enfrentando um constrangimento em frente a centenas de pessoas estranhas, que me discriminavam. E acredito eu que muitas delas nem cooperadas eram. Grupos de homens e mulheres passavam ao meu lado murmurando palavras de baixo calão.

Tenho aqui uma foto — se qualquer um de vocês quiser, posso mostrá-la — que foi publicada no jornal da própria BANCOOP, de março de 2009. Alguns dos órgãos pelos quais já passamos poderiam identificar essas pessoas e comprovar a minha tese de que muitas daquelas pessoas não eram cooperadas. Estavam ali apenas para aprovar as contas da BANCOOP.

Por fim, hoje continuo lutando pelos meus direitos, pelos direitos da minha família e de mais alguns moradores do nosso empreendimento, bem como de outros empreendimentos. Outras famílias estão em igual situação ou até pior — aproximadamente 8 mil famílias.

Já fui ao Senado Federal e à Assembleia Legislativa. Falei com o Promotor de Justiça. Irei aonde for necessário para lutar pelos meus direitos de cidadão e pelo direito do meu lar, já quitado há muito tempo.

Quando eu falo que existem pessoas em pior situação que a minha — esse é o nosso lamento, essa é a nossa angústia também em relação a isso — é porque algumas delas quitaram totalmente o empreendimento — não é 1 nem são 2; são várias —, com muito suor, com muita luta, usando o Fundo de Garantia. E escutei o Sr. Vaccari dizer um dia desses que o Fundo de Garantia não era utilizado para pagamento da obra. Era, sim! Temos até documentos para comprovar isso.

As pessoas usaram o Fundo de Garantia, venderam casas e carros, tudo o que podiam. E hoje, como fiquei sabendo, muitas dessas pessoas vivem de favor, algumas na garagem da casa dos pais, no fundo da casa dos avós.



Então, estamos aqui — algumas pessoas presentes aqui vieram comigo — esperando por uma solução da parte de vocês, Deputados, ou de quem quer que seja, para o problema de todos nós, que pagamos por um objeto, por uma propriedade, e não temos escritura, não temos nada. E a definição do caso, do nosso empreendimento e de outros empreendimentos, é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - O.k. Agradecemos a manifestação ao Sr. Antônio Molina.

Vamos passar a palavra agora à Sra. Dinalva Lombardi, Conselheira do Edifício Anália Franco, por 10 minutos.

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Boa tarde a todos.

Sou Dinalva Lombardi, uma cidadã brasileira que adquiriu um imóvel na BANCOOP, o empreendimento Anália Franco.

Agradeço pela oportunidade à Mesa e a todos.

Vou fazer um pequeno relato sobre o que aconteceu no empreendimento Anália Franco.

A minha compra foi efetuada num estande instalado no local do empreendimento: Rua Francisco Marengo, 1.210, Tatuapé. Eram 4 torres, 2 delas com 16 andares e 2 com 17 andares. Adquiri um apartamento por 89.900, na época do lançamento, com pagamento em 54 parcelas.

Sabemos também que algumas pessoas não fizeram o contrato em 54 parcelas.

Eu conheci o empreendimento através de panfleto, passando numa avenida do Tatuapé, a conhecida Radial Leste. Havia uma garota em pé em frente ao estande da BANCOOP, com uma placa em que se lia o seguinte: *“Compre seu empreendimento em 54 parcelas”*. Aquilo me chamou a atenção, por ser em 54 parcelas — em 5 anos eu terminaria de pagar o imóvel.

O meu marido e eu efetuamos a compra. Seis meses após a compra, chegou o tal contrato de adesão. Foi aí que vim a saber que era uma cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Em que ano foi isso?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Em 2001.



Só soube que era uma cooperativa nesse dia. No estante só havia um *folder* em que constava o nome da empresa e não da cooperativa. E provei — tenho o documento — que só soube que era uma cooperativa após 6 meses.

O que me levou a adquirir o imóvel também foi a segurança gerada pelo fato de ser uma cooperativa do Sindicato dos Bancários. Eu fiz levantamento, fui a todos os órgãos, inclusive ao Banco Central, para obter informações da cooperativa. Até aí nada constava.

Então, veio o atraso. Como cooperados, não podíamos acompanhar a obra, não nos era permitida a visita. Comecei a desconfiar e a ir até a obra. Estava sendo realizada, apesar do atraso. E comecei a fotografar tudo o que acontecia.

Na nossa obra havia uma empresa de concreto e tijolos. Eu fotografava todos os caminhões que saíam de lá e para onde ia aquele material retirado. Eles levavam para outras construtoras. Não sei com qual finalidade. Tenho as fotos aqui. E nós estávamos pagando. Todo esse concreto, energia e água vinham na nossa conta, nos boletos mensais.

Após isso, devido ao atraso, comecei a ficar preocupada, porque eu tinha vendido um imóvel e precisava daquele. Antecipei tudo o que tinha que antecipar. Quando entrei no empreendimento, só faltava pagar a chave. Muita gente pagou a chave e não havia o prédio. Receberam a chave.

Uma parte eles suspenderam. Quando viram que alguém estava tomando alguma providência, eles suspenderam alguns recebimentos. Mas a maior parte, no meu empreendimento, havia pago as chaves.

Sentamos com o Sr. Vaccari por 5 vezes. Em uma das vezes, estive no escritório central por quatro horas e meia, tentando negociar, não só pelo Anália, mas também por todos os empreendimentos. Cada um tem um problema diferente, que, na realidade, se resumem num só: todos têm que pagar novamente.

Por quatro horas e meia estive com ele, mas foi inútil essa tentativa. Fizemos uma assembleia e foi votado que a BANCOOP continuasse.

Já tínhamos recorrido a vários locais. Acontece que, para sairmos da BANCOOP, na época, tínhamos que pagar uma multa — até hoje paga uma multa quem quiser sair —, apesar de a construtora ter proposto que a gente se desligasse. Não são os cooperados que estão querendo. Foi ela que se prontificou, como

[P8] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:8 Taq.:Raquel Resende Rev.:



mostram esses documentos aqui. Ela estava negociando com a construtora para passarem. Alguns empreendimentos já passaram.

Pasmem: muitos estão sem o seu imóvel porque não conseguem financiamento. Não há como pegar o financiamento.

No Anália Franco estou morando há 6 anos. Recebemos um empreendimento totalmente fora daquilo que foi dito. E não estamos discutindo o preço, não. Por incrível que pareça, todos estão pagando; outros pagaram à vista. O tal aporte no nosso contrato não existe. Existe resíduo final, e estamos pagando. Uns quitaram à vista, e outros fazem depósito em juízo. Mas quem faz o depósito em juízo é inadimplente, é discriminado.

Na última assembleia que fizemos, precisamos chamar um cartorário para registrar o acontecido, porque não podíamos entrar. Não pudemos entrar. Fomos barrados na entrada. Quem entrou, porque estava pagando direto para a BANCOOP, tinha este cartão. E lá dentro — pasmem! — as pessoas não sabiam o que estavam fazendo. Só falavam: *“Eu ganhei 100 reais para vir aqui e votar”*. Foi isso o que aconteceu na nossa última assembleia.

Quanto ao que o Sr. Vaccari disse, na semana passada, no Senado, que nunca foi usado Fundo de Garantia, nós temos aqui. Vou deixar esses documentos com a Mesa para provar que a maior parte das pessoas usou, sim, Fundo de Garantia. Outros, porque são bancários...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - É possível deixar isso com a Comissão?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Obrigado.

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Tenho também documento de uma cooperada, que pediu encarecidamente ao nosso Presidente, porque ele também é um cooperado... O Sr. Vaccari disse que ele é um cooperado de uma unidade na praia, um apartamento tipo. Posso afirmar que não é apartamento tipo, é um triplex. E os cooperados mesmo estão sem casa.

Para todos os empreendimentos posso também afirmar que há documentos. Quase todo o pessoal tem o documento que tem todas as pessoas do sindicato, pessoas do Governo, em todos os prédios. No meu tem um, inclusive, que fez o

[P9] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:9 Taq.:Sherlei Rev.:



pagamento em 85 parcelas. E foi comprado quando entregou o empreendimento. Quer dizer, o cooperado que entrou em 2000 não recebeu o apartamento dele, mas o outro veio e recebeu em 2004. Não está lá porque agora ele vive em Brasília.

A situação realmente é crítica em todos os empreendimentos. Os Senadores que nós visitamos ficaram de ir a São Paulo. Estamos no aguardo. Já faz mais de 30 dias — 42 dias exatamente.

Tenho foto do empreendimento, principalmente do meu, mostrando como ele se encontra. E somos proibidos de entrar no empreendimento.

Dia 15 vamos ter uma reunião. E vejam o que está acontecendo com o pessoal! Não têm dinheiro para construir o empreendimento e entregar o apartamento, mas alugam — alguém está financiando, os cooperados não são, porque não têm dinheiro — o salão de festas do Mediterrané, no Tatuapé — é caro —, para as 9h30min da manhã, e nos convidam para ir debater se vamos passar para uma construtora.

Pasmem! A construtora que está querendo entrar no nosso empreendimento é a OAS! Entrou a Tarjab, agora a OAS. E explicaram que querem 12% da parte deles e mais 15% da parte da BANCOOP. O valor com reajuste até agora já está em 250 mil reais. Temos ainda alguém pagando, fazendo o depósito. Faltam 10 prestações, que foram divididas em 48 parcelas. Só que quem mora paga mais. Para quem não mora, o valor era de 18 mil reais; para quem mora, 25 mil reais.

Pasmem! Pode morrer quem quiser que continua pagando, porque o nosso fundo garantidor desapareceu, nós não temos. Há pessoas que vão perder o imóvel porque o marido faleceu, não têm como pagar, como fazer o financiamento. Vão perder o seu imóvel porque não podem pagar, mulher com criança pequena e prestação cara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Se puder concluir, por favor.

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Vou deixar mais alguns documentos e depoimentos com a Mesa para os senhores analisarem.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Esta Presidência agradece. Esta é uma cópia do seu documento.



A senhora tem mais algum documento a entregar à Comissão?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Por favor. *(Pausa.)*

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Marcelo Fechio Santos, membro da Associação do Saint Phillippe.

O SR. MARCELO FECHIO SANTOS - Boa tarde a todos. Mais uma vez agradeço ao Deputado Vanderlei Macris a oportunidade. Gostaria de deixar de antemão um protesto do Saint Phillippe contra a BANCOOP.

Vou procurar ser breve.

O problema que temos no Saint Phillippe começou... A construção do prédio começou mais ou menos em 2002. Na verdade eu vim de um outro empreendimento que adquiri, o Altos do Butantã, onde haveria 4 torres. E para se escolher o apartamento era feita uma espécie de sorteio para definir quem iria ficar com determinada unidade. Durante 2 sorteios eu não fui, infelizmente, escolhido, então não tinha meios de planejar um futuro para mim. Começou a haver uma embromação na construção do empreendimento, e eu queria planejar a minha vida um pouco melhor. Então eu consegui desistir dos Altos do Butantã e transferir o que eu paguei para o Saint Phillippe, que, diferente do Altos do Butantã, era uma torre apenas, constituída por 2 blocos, separados apenas por escadas, um prédio baixo, de apenas 8 andares. E quando eu adquiri já estava em fase de conclusão.

Levou mais ou menos em torno de 1 ano para eu receber as chaves, mas dentro desse 1 ano tive vários problemas. Quando fui fazer a vistoria do meu apartamento para poder receber as chaves, tive uma surpresa um pouco desagradável, porque parecia que no condomínio havia 2 piscinas, e uma era dentro do meu apartamento; não parava de vazar água.

Os engenheiros da BANCOOP ou da construtora falavam que iam solucionar o problema, que era fácil. "Solucionaram" — entre aspas. Foi um período que estava meio sem chuvas, então eu consegui entrar no meu apartamento, reformei ele inteiro e fui morar lá. Concluí meus pagamentos, tudo em ordem. Mas não posso até hoje ter um documento desse apartamento. Não posso ter a escritura. Não me dão carta de quitação porque, depois de 2 anos que nós pagamos — 3 anos, minto —, recebemos uma cobrança de cerca de 30 mil reais por apartamento, sendo que 99%

[P10] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:10 Taq.:Sherlei Rev.:



das pessoas já haviam terminado os pagamentos de seus apartamentos. De onde saíram esses 30 mil reais que temos que pagar a mais?

No *site* da BANCOOP e em jornais da BANCOOP eles falam que se trata de uma cooperativa e que *o fechamento financeiro mostrou que várias seccionais totalmente concluídas eram deficitárias ou gastam mais do que arrecadam*. Só que, em contrapartida, eles falam que *no sistema cooperativo as obras são a preço de custo e autofinanciadas*. O que entendemos por isso? Que se paga, constrói; se não paga, não constrói. Como eles entregaram o empreendimento para todos do Saint Phillippe e, depois de 2 ou 3 anos, vêm cobrar mais 30 mil reais? De onde surgiu essa conta de 30 mil reais?

Se não tivesse dinheiro para terminar a obra, obviamente, não deveria ser concluída. Deveria se feita uma assembleia, o que quer que seja, e dizer: *“Cooperados, não temos dinheiro para concluir a obra. Vai sair um preço xis”*. Não foi feito nada disso. Simplesmente concluíram a obra e cobraram, depois de 3 anos, 30 mil reais.

Fora esses problemas, temos problemas com a documentação, porque até hoje o nosso IPTU também não é desmembrado, ou seja, pagamos por uma construção um valor absurdo, porque não conseguimos ainda desmembrar as unidades, até porque não havia documentos do próprio Saint Phillippe, ou seja, para efeitos fiscais era um terreno vazio, sendo que lá existem pessoas morando.

Entramos com uma ação contra a BANCOOP para requerer esses documentos. Depois de certo tempo — eles perderam essa ação —, eles foram obrigados a fazer essas documentações, averbaram o condomínio. Mas mesmo assim não podemos tirar nossas escrituras, porque eles alegam que devemos esses 30 mil reais.

Fora esses problemas de documentos que estão sendo discutidos na Justiça, inclusive por causa dos valores, temos problemas estruturais que nos deixam em dúvida sobre a qualidade com que a BANCOOP construiu seus empreendimentos, haja vista o meu apartamento. Há apartamentos no 1º e no 2º andar em que o esgoto volta para o apartamento. Chega a alagar a cozinha e a sala das pessoas; vai da cozinha até a sala. E fora rachaduras na parede lateral. Quando chove, molham-se dormitórios, móveis, entre outros problemas.



Temos problemas também com o lençol freático. Praticamente deixamos desligado o elevador. Não se pode usá-lo, porque molha dentro.

Ligamos várias vezes para o SAC da BANCOOP para tentar solucionar esses problemas amigavelmente. **Simplesmente** me falaram: *“Há quanto tempo você pegou o apartamento?” “Eu peguei faz 1 ano, só que eu estou com um problema na laje do prédio”. “Desculpe. Já fez 1 ano e não tem mais garantia”*. Me causou estranheza isso. Até onde sabemos, a garantia de uma construção é por um prazo muito mais longo que esse.

[p11] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:11 Taq.:Miriam Rev.:

Entramos contra a BANCOOP com uma ação de obrigação de fazer, devido a vários problemas que tivemos no nosso condomínio. Foi feito um laudo pericial, determinado pelo juiz, apontando todos os pontos problemáticos do nosso empreendimento.

No penúltimo dia do prazo em que eles deveriam se apresentar, eles apareceram falando que iam solucionar os problemas. Ficaram em torno de 4 meses no nosso condomínio. Após isso, seria avaliado novamente por um perito judicial.

Esse perito veio em novembro do ano passado, fez nova perícia e apresentou esse lado comparativo com o laudo preliminar. Simplesmente está descrito: *“Não foi feito nada. Apenas mascarado”*. Simplesmente no que havia problema... Se estava úmido, pintaram por cima; se estava trincado, pintaram por cima; se estava infiltrando, pintaram por cima ou colocaram uma massa muito fina de cimento. Enfim, não repararam a parte de impermeabilização.

Hoje temos esse problema. Tenho filho pequeno, e o cheiro de mofo é horrível dentro do apartamento. Meu filho é alérgico, tenho que ficar dando medicamentos para ele, para sair da alergia, evitar que esse problema se complique para ele. Eu não tenho outro apartamento para ir, eu não tenho outra casa para ir. Eu tenho que conviver com isso diariamente, esperando que não piore.

O condomínio se reuniu para tentar solucionar um dos problemas de infiltração nos apartamentos. Contratamos uma empresa para fazer por nossa conta, porque não havia condição nenhuma de continuar morando no prédio. Essa obra ainda está em andamento, com previsão de conclusão em mais um mês e meio, mais ou menos, mas a BANCOOP sequer se atentou a isso. Fora problemas internos com madeiramento, encanamento. Um cano de água que alimenta um



prédio inteiro, uma prumada inteira, é remendado, porque houve furos de isqueiro, enfim, alguma coisa, e há vazamento desse cano principal.

Temos problemas também com lençol freático, e nunca foi feito nada pela construtora BANCOOP ou por quem quer que eles tenham contratado. Dizem que há um poço para captar essa água do lençol freático, mas o poço é simplesmente seco, não tem nada de água. Em compensação, a nossa água que vem da rua, que recebemos para encher os reservatórios do condomínio e mandar água para o prédio, simplesmente estourou, devido a essa quantidade de água do lençol freático. Ou seja, ela está indo por um caminho diferente do que foi projetado pelos engenheiros da BANCOOP, com isso contaminou a água do condomínio.

Então, questionamos demais o porquê de se cobrar mais 30 mil reais de um prédio que — e se está percebendo a qualidade dos materiais empregados — não sabemos até quando vai durar. Temos receios com esse problema, por isso existe essa ação de obrigação de fazer, e a BANCOOP não está se atentando a isso. Tenho os laudos, se a Presidência quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Isso é uma cópia? Pode ficar com a Comissão?

O SR. MARCELO FECHIO SANTOS - Pode. Este é o primeiro laudo. Este é o segundo laudo e o comparativo do segundo com o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Terminou?

O SR. MARCELO FECHIO SANTOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Agradecemos ao Sr. Marcelo Fechio a presença.

Concedo a palavra ao último convidado, Sr. Cléber Borges de Aguiar, Diretor da Associação de Adquirentes de Apartamentos do Residencial Vila Clementino.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Quero inicialmente agradecer a esta Casa a oportunidade que está dando aos cooperados lesados pela BANCOOP de expor o seu posicionamento em relação a essa cooperativa.

Quando falo em BANCOOP, eu me refiro à sua diretoria, porque uma cooperativa é de todos os cooperados, ou deveria ser. Não é o caso da BANCOOP, porque lá a diretoria manda em tudo.

[P12] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:12 Taq.:Monica Rev.:



Vou fazer um breve relato do Vila Clementino. Sou membro efetivo do Conselho da Associação dos Adquirentes de Apartamentos do Residencial Vila Clementino. Lá são 3 torres: A, B e C. A obra começou em 2001 e até 2005 estava indo normalmente. As construções estavam sendo realizadas, não tinha problema nenhum. Só que, em meados de 2005, o ritmo da obra começou a cair rapidamente. Viam-se apenas 2 pedreiros trabalhando lá, e começamos a achar um pouco estranho. Em 2006, a obra parou totalmente, quando 2 torres estavam concluídas e a terceira ficou só no esqueleto.

Em março de 2007, apesar de a BANCOOP ter reconhecido um saldo de 1 milhão e 700 mil reais na conta corrente dessa seccional, ela lançou aportes de 15 mil reais para todos os cooperados, a serem pagos em 24 vezes.

Sabendo disso e sabendo também que a BANCOOP havia descontinuado todas as obras esse ano — todas as obras estavam paradas —, e a nossa seccional estava totalmente quitada, porque compramos em 5 anos... Em 2006, todo o mundo havia pago. Talvez um ou outro cooperado que entrou depois não, mas 99% já havia quitado. E ficamos sabendo também da existência de um saldo de 2 milhões de reais e que, pasmem, não havia dinheiro na conta corrente.

Apesar de ter um saldo contábil, na conta corrente da BANCOOP, na nossa seccional, não havia dinheiro, se é que as contas eram separadas nessa época. Então entramos com ação na Justiça, primeiro, para questionar por que esses cerca de 2 milhões de reais não haviam sido investidos na obra e também para contestar a cobrança dos aportes de cerca de 15 mil reais para cada cooperado. Também entramos na Justiça, nessa mesma ação, pedindo a diferença do valor do terreno. A BANCOOP comprou o terreno por um valor — e eu passo aqui as escrituras do empreendimento ao Deputado — e nos cobrou 1 milhão e 200 mil reais a mais, um valor maior do que havia sido pago. Passo as escrituras à Comissão. Inclusive, nós temos decisão, em primeira instância, que reconheceu o sobrepreço do terreno. E passo também a propaganda da BANCOOP, em sua revista, em que fala que vendeu o terreno para a associação — está registrado no livro de contabilidade — por 3 milhões e 283 mil reais, sendo que pagou cerca de 2 milhões de reais pelo terreno de matrículas 13.184, 114.642, 151.490 e 151.496. Essas 4 matrículas



somadas dão cerca de 2 milhões de reais, e o terreno foi repassado para nós. Tudo aqui é documento que está no processo que nós já ganhamos.

Há também cópia de outro documento, publicado na revista da BANCOOP, dizendo: *Onde está o seu dinheiro?* Empréstimo solidário — o que ela chamou de empréstimo solidário. Na matéria, alega que o Vila Clementino não utilizou todo o dinheiro que o grupo de cooperados do empreendimento aportou na cooperativa — o saldo financeiro, em março de 2006, era de 1 milhão e 763 mil e alguns reais a mais. Passo também ao Deputado cópia do documento.

Com todas essas irregularidades, nós entramos com ação, ganhamos em primeira instância, e a BANCOOP está recorrendo em segunda instância. **Inclusive,** como era ação civil pública, ganhamos em primeira instância, e a juíza não recebeu, na oportunidade, o recurso em efeito suspensivo — o que daria, na época, até para executarmos. A BANCOOP entrou na segunda instância e conseguiu, no agravo, suspender parte do efeito.

Isso foi em 2006, 2007, ou seja, as obras pararam há 4 anos. Existe uma torre lá com mosquito, madeira podre, uma estrutura totalmente abandonada. As obras estão paralisadas. A estrutura existente tem 14 andares, com garagens prontas, que não podemos ocupar, apesar de os moradores das 2 outras torres enfrentarem problemas de vaga de garagem.

A cooperativa propõe acordo, apesar de termos ganhado e a BANCOOP ter perdido a ação na primeira instância e ter sido condenada a pagar o sobrepreço do terreno de 1 milhão e 200 mil reais e de aplicar os 2 milhões de reais — e a própria cooperativa reconhece que hoje são 2 milhões e 740 mil reais — na construção. Ela simplesmente fala assim: *“Propomos um acordo aos cooperados. Vocês abrem mão desses 4 milhões e 700 mil reais que vocês têm a receber, pagam mais 11 milhões de reais para acabarmos essa torre, nós passamos para uma construtora, passamos o terreno para o nome da construtora, vocês pagam mais 11 milhões de reais, e a gente acaba a obra para vocês. Só que vocês têm de tirar todas as ações contra a BANCOOP e ainda suportar qualquer ação trabalhista ou qualquer tipo de ação que venha posteriormente a isso”*. E, desse valor, cerca de 7,7 milhões de reais são referentes à construção e 3 milhões de reais a dívidas que a BANCOOP tem e de outros impostos a pagar. Para quem não concordar com isso — as 188 famílias,

[P13] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:13 Taq.:Wanessa Melo Rev.:



tanto quem está morando quanto quem não está, que é o pessoal do Bloco C —, eles dizem: “*Você pode pedir demissão da cooperativa e tudo o que você pagou vai ser devolvido daqui a 1 ano*”. Na verdade, serão devolvidos 90% do que a pessoa pagou, porque ela paga multa de 10%. E vejam que a BANCOOP não construiu, e nós pagamos uma multa de 10%, sendo que o restante é devolvido em 36 vezes, a partir de 1 ano, o que é um absurdo.

Essa é a situação que estamos passando no Vila Clementino, com essa imposição. A diretoria da BANCOOP deve a nós, porque fez má administração, minimamente. Ela deveria ter 2 milhões e 700 mil reais em caixa, mas não tem nada. E 25% das pessoas ainda pagaram o aporte de 15 mil reais. A maioria entrou na Justiça, mas 25% continua pagando. E mesmo 25% das pessoas tendo pago o aporte, pasmem: não foi colocado um tijolo na obra desde 2006, não apareceu um pedreiro lá depois dessa data. Estamos com a obra totalmente parada desde 2006, e estão querendo cobrar agora 11 milhões de reais.

As pessoas do Bloco C estão desesperadas, porque há 4 anos deveriam estar morando no próprio apartamento e não estão. Elas querem fazer o acordo: abrir mão dos 4 milhões e 700 mil e, no desespero, pagar mais 11 milhões de reais para fechar as paredes de uma torre de 14 andares, com apartamentos que têm, em média, pouco mais de 50 metros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Quantas famílias são?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - São 188 famílias, sendo que 56 não estão morando ali, pois são do Bloco C.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Cento e oitenta e oito?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Cento e oitenta e oito famílias.

Então, essa é a situação que estamos enfrentando no Vila Clementino.

Ainda tenho algum tempo, portanto, gostaria que o Marcos pudesse utilizá-lo, porque ele tem muitos elementos, até para demonstrar porque esses 2 milhões de reais não estão lá e por que temos de pagar mais 11 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Vou conceder a palavra aos Deputados, para que S.Exas. possam se manifestar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Sim. São diversas decisões judiciais. Gostaria de abrir a palavra aos Srs. Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Pode fazer, não tem problema. Tem interesse?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Então, vou fazer algumas considerações. Depois, passarei a palavra ao Deputado Silvio Torres.

Primeiro, o objetivo da convocação desta reunião foi para que tivéssemos a dimensão exata do que acontece com essa cooperativa chamada BANCOOP, alvo de denúncias e de investigação do Ministério Público e utilizada como instrumento de interesses escusos e de lesão a cooperados. Isso, na verdade, fica absolutamente comprovado na presente reunião.

Independentemente das investigações feitas pelo Ministério Público e pela CPI instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo, que inicia os trabalhos, e apesar de o Senado já ter-se movimentado também a respeito, pretendíamos fechar, na Câmara dos Deputados, ideia clara sobre a questão.

Efetivamente, a BANCOOP deve ser e será investigada por todos esses segmentos, não só do Legislativo, mas também pelo Ministério Público, em virtude da ação nefasta que praticou contra esses cooperados de boa-fé, que acreditaram na proposta dos empreendimentos. Ela vendeu ilusões e enganou esses cooperados. Sem dúvida, a reunião de hoje me traz o absoluto convencimento de que isso realmente aconteceu.

É bom que os senhores também saibam que o trabalho que estamos fazendo, de investigação e de ouvida dessas pessoas, vai embasar nossa ação na Comissão de Fiscalização e Controle, no sentido de darmos seguimento ao chamamento que também faremos dos diretores dessa entidade, responsáveis por essa ação verdadeiramente ilegal e criminoso praticada pela cooperativa.

Quero agradecer aos senhores a presença. Fiquei impressionado ao ouvir os depoimentos e tenho certeza de que os membros desta Comissão, na reunião ordinária de amanhã, terão conhecimento não só dos documentos que os senhores

[P14] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:14 Taq.:Wanessa Melo Rev.:



nos entregaram hoje, mas também dos requerimentos que vamos apresentar para dar seguimento à investigação.

Tenho dúvidas sobre algumas questões. Quem dos senhores puder responder tome a palavra e o faça.

O Sr. Vaccari Neto, conforme os depoimentos dos senhores na Comissão, era o Presidente dessa cooperativa?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Em que período?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - No período em que o senhor trouxe aqui a preocupação sobre as ilegalidades e incertezas contabilizadas no processo do seu empreendimento.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - No caso, ele foi presidente após a morte de 3 diretores, que ocorreu no mês de novembro de 2004, num acidente em Petrolina. Vaccari assumiu no finalzinho de 2004 e, em fevereiro de 2005, numa assembleia com 72 pessoas intimamente ligadas ao Sindicato dos Bancários, com a presença do Sr. Freud Godoy, ele foi eleito presidente.

As vítimas não foram convocadas para essa assembleia e ficaram sabendo muito depois. E os 72 integrantes do Sindicato dos Bancários elegeram Vaccari em 24 de fevereiro de 2005. Até o finalzinho de 2009, praticamente início de 2010, ele foi o presidente da BANCOOP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Muito bem.

Parece-me que também a Sra. Dinalva disse que se reuniram com o Sr. Vaccari, por 5 vezes, para tentar encaminhar a solução para os problemas acontecidos no empreendimento. Inclusive, uma reunião durou quatro horas e meia. O que a senhora tem a dizer sobre a gestão do Sr. Vaccari Neto nesse processo **que** envolveu o seu empreendimento também?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Que em nenhum momento ele quis resolver. Foram expostas todas as nossas moedas, mas não foi possível. Ele falou que quem mandava era ele, e o acerto seria de acordo com o que ele expunha. Mandamos vários projetos, várias propostas, e nenhuma foi aceita. Só as deles podiam ser aceitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Sr. Antônio Molina, o senhor também disse que foi convocado pelo Sr. Vaccari Neto a discutir a questão

[p15] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:15 Taq.:Célia Maria Rev.:



do aporte feito no seu empreendimento. Durante todo o tempo de negociação com a BANCOOP, qual foi a sua sensação em relação à conduta do Sr. Vaccari Neto na presidência da entidade?

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Na primeira convocação, tínhamos um número de pessoas com bastante informação, e os nossos pedidos foram para que o acordo fosse feito de maneira adequada para os cooperados, os mais sofridos na ocasião. Ele nada pôde fazer na realidade. A Dinalva falou do seu jeito autoritário. Ele trata as pessoas de um jeito meio rígido: é daquele jeito e acabou. Na primeira convocação, conseguimos quebrar aquele acordo, mas, na segunda, não tivemos chance porque a convocação foi feita de tal maneira que estavam na reunião pessoas que nós não conhecíamos. Na realidade, ele conduziu a reunião de um jeito muito direto: *“É isso que vai acontecer”*. Aconteceu. E nada pudemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Essa é uma denúncia grave. O senhor nos dá a ideia de que a reunião foi forjada com pessoas que não estavam habilitadas a votar na assembleia. O senhor acha que isso foi feito de maneira deliberada pelo presidente da BANCOOP na época? Realmente a assembleia foi feita de maneira irregular?

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Isso eu não posso afirmar, até porque não tenho provas documentais ou visuais das pessoas que estavam lá. Essa é uma tese minha. Mas foi realizada de um jeito bem autoritário, como a daquela reunião em que ele aprovou as contas de 2005, 2006, 2007 e 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Existia lista de presença?

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Existia lista de presença, mas não temos acesso a nada. Tínhamos acesso à reunião simplesmente com a roupa do corpo. Não podíamos levar nem máquina fotográfica. As reuniões da BANCOOP, todas elas, eram filmadas, fotografadas, etc. Está tudo em poder deles. Só se alguém pudesse entrar na BANCOOP e resgatar todas as informações poderia ser provada a minha tese. Não estou dizendo que seja essa uma tese verdadeira, mas a impressão que dava era realmente disso. Tanto é que, neste jornal, que posso mostrar aos senhores, mas não posso deixar, porque é o único que tenho...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Pois não, só um minuto.



O SR. ANTÔNIO MOLINA - Eu nunca vi em reunião da BANCOOP um número tão elevado de pessoas. Essas pessoas aqui estavam até com certa fúria para a assembleia que aprovaria as contas de 2005, 2006, 2007 e 2008, cuja decisão hoje a Dra. Livia confirmou que foi cassada — cassada não; eu não sei o termo exato —, anulada em primeira instância, em virtude de terem sido feitos boletins de ocorrência porque realmente estavam ali pessoas que não eram cooperadas. Eu tenho o jornal em mão. Ele pode ser visto pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Se me permite, vou mandar xerocar esses documentos.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Dona Dinalva, a senhora disse também que teve notícia de que as pessoas que estavam nessa assembleia disseram que ganharam 100 reais para ir votar, etc. A senhora poderia detalhar isso um pouco mais?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Eu não pude entrar. Essa pessoa paga direto ainda à BANCOOP. Ela, operada e numa cadeira de rodas, presenciou o acontecimento, chegou e perguntou. E, nos depoimentos dados ao Dr. José Carlos Blat, consta que pessoas receberam. Está afirmado isso no criminal também. Eu, que estava na rua, do lado de fora, perguntei: *“Que empreendimento é o seu?”* Ele, que desceu de uma perua, respondeu: *“Pra mim não interessa; me interessa é que eu ganhei 100 reais pra vir aqui com uma fitinha pra ser identificado”*. Nas votações das assembleias da BANCOOP as identificações são feitas por fitas, por cor, ou por cartão, por cor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A senhora poderia dizer o nome dessa pessoa?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - O nome da pessoa, não. Ela desceu de uma das peruas que chegavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A que a senhora atribui isso? É uma tentativa de forjar, de dar um sentido legal para uma coisa...

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - ...que realmente foi forjada?

[p16] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:16 Taq.:Célia Maria Rev.:



A SRA. DINALVA LOMBARDI - Que realmente foi forjada.

E o Sr. Vaccari me disse várias vezes — isso foi dito também em assembleia — que quem tem padrinho não morre pagão. Existem vários registros disso em documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Os senhores sentiram, ao longo do tempo da gestão, essa interligação do Sr. Vaccari e da diretoria com o Sindicato dos Bancários? Havia viés político nesse processo? Algum dos senhores tem interesse político em relação a isso?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Não sou bancária, mas, para poder comprar, precisei pagar uma taxa de 100 reais para o sindicato. Todos os que não eram bancários tinham que pagar para o sindicato a taxa de 100 reais para poder comprar o imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A senhora falou sobre a OAS. Depois eu entro nessa questão que coloquei sobre a utilização política da entidade. Nesse caso, para não perder a linha de raciocínio, do seu empreendimento, a senhora disse que havia pressão ou foram convocadas outras empresas que pudessem concluir o empreendimento. Uma delas é a OAS. A senhora confirma isso? Por acaso é a mesma empresa em que, pelo que noticia a imprensa, o Presidente Lula é um dos lesados?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - É a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - É a mesma empresa que está concluindo ou concluiu, se não me engano?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Não, está parada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Está parada a obra? Mas seria a OAS que estava concluindo também?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - É a OAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - É a mesma empresa? Foi proposto também no seu empreendimento isso?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Por que razão a OAS? A senhora tem alguma informação?



A SRA. DINALVA LOMBARDI - Ainda não tenho a informação de por que só a OAS. Nós apresentamos várias, e eles não deixaram entrar. Nós levamos 5, e eles não aceitaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Aqui eu tenho também um jornal da BANCOOP de 1999, que mostra o Presidente Lula visitando um empreendimento da BANCOOP em São Paulo, com o Sr. Luiz Malheiro, o Deputado Federal do PT Ricardo Berzoini e o Presidente do Sindicato dos Bancários, João Vaccari Neto.

O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso? E o senhor conhece esse empreendimento, no qual o Presidente também teria sido lesado? Qual informação o senhor tem a respeito disso?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - É muito divulgada esta foto com o Presidente Lula. Na época, ele era um político em ascensão e sindicalista. Os outros que estão na foto também são sindicalistas. Eles usavam figuras ilustres, políticos, para valorizar a cooperativa, tanto que, dos 4 que estão na foto, 2 foram Presidentes do Sindicato dos Bancários.

Para nós, a informação que chega é que o cooperado nessa história da família Inácio da Silva é a Dona Marisa Letícia — foi ela quem se cadastrou —, e como é uma família só o Presidente declara no Imposto de Renda a participação na cooperativa.

Estamos entregando a foto à Presidência porque recentemente um Deputado, que não conheço, de nome Vaccarezza, disse que o Vaccari entrou na BANCOOP em 2005, para sanear as contas. Na verdade, a história é outra muito diferente. Eles contam detalhes do filme que interessam a eles.

Em matéria do próprio *Jornal da BANCOOP*, intitulada *De olho nas contas*, o indicado é o Sr. Vaccari Neto, como Diretor do Conselho Fiscal, em 1998. Num *Jornal da BANCOOP* de 2003 — eu tive a honra de acompanhar toda a trajetória da BANCOOP —, novamente o Sr. Vaccari Neto, em 2004, tornando-se Presidente da Cooperativa. Sabemos que a relação é essa, simples.

Só queria fazer uma observação com relação ao que a Dona Dinalva falou. Ela sofreu nessa assembleia da BANCOOP, e nós sabíamos que, pela segunda vez, durante o ano de 2009, a BANCOOP não deixaria nós “cooperados” — entre aspas

[P17] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:17 Taq.:Renata Rev.:



— entrarmos. No primeiro momento, foi aprovação de contas, no mês de fevereiro. A aprovação de contas da BANCOOP foi parar na delegacia. Todos nós fomos para a delegacia, porque fomos impedidos de entrar. Está aqui o BO que passo às mãos da Presidência.

Com relação à Dona Dinalva, na segunda assembleia, que ela comenta, nós fomos ao cartório e contratamos um notário, que tem fé pública, para registrar o que ia acontecer. E o que aconteceu? Novamente os cooperados foram impedidos de entrar. O notário conseguiu registrar nomes e documentos de 109 pessoas, cooperados. Vou destacar apenas uma observação importante: *“Quase todas as pessoas que chegavam à portaria eram barradas, inclusive pessoas que tinham edital de convocação enviado pela BANCOOP”*. Todas foram barradas. No final, ele constata outra coisa curiosa: *“Por volta das 18h42min, fui interrompido”* — o notário — *“para constatar que estavam chegando 2 vans com as placas (...), com várias pessoas que não foram barradas, ou seja, entraram sem passar pela triagem dos seguranças”*. Isso é comum. Apenas hoje temos o documento de um notário, que tem fé pública, comprovando, e gostaria de deixá-lo com o Deputado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Eu tenho outra questão. Alguns desses empreendimentos começaram antes de 2007?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sim, vários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - O seu também?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Todos antes de 2007. Esses empreendimentos aconteceram na mesma época em que Vaccari Neto presidia a BANCOOP ou o Sindicato dos Bancários?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Os lançamentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - É. Esses empreendimentos aconteceram, quer dizer, se iniciaram nessa mesma época em que Vaccari Neto presidia a BANCOOP ou o Sindicato dos Bancários?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Ele era tesoureiro da BANCOOP?

[P18] Comentário: Pelo roteiro do som, parece-me que é esse o orador em todas as intervenções do meu quarto. Obrigada.



O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - A maioria não foi na época em que ele era Presidente, e sim quando ele participava do conselho fiscal da BANCOOP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Nem Presidente do Sindicato dos Bancários?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Era o Presidente do Sindicato dos Bancários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Era.

O senhor tinha conhecimento se o Sr. Vaccari Neto negociava pessoalmente as unidades habitacionais da BANCOOP? Algum dos senhores tem conhecimento disso?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Não, sobre negociação direta, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Outra questão importante. A presença desta Comissão nesse processo se dá muito pelo conhecimento que temos de que havia investimentos de fundos de pensão nessa entidade. Algum dos senhores tem conhecimento sobre isso, ouviu dizer ou sabe algo a respeito dos fundos de pensão investirem recursos na entidade? Se os senhores todos puderem falar sobre isso é importante.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Vou fazer uma apresentação breve. A Associação do Edifício Cachoeira está sendo cobrada, e dizem que a justificativa da BANCOOP para essa cobrança é que houve uma captação no mercado financeiro, foram lançados títulos, e ela tem que pagar. Só que o fato curioso é que nós entramos em 2003 na unidade, e era para ter sido entregue em 2002. Essa captação foi em 2004 e 2005. Nesse momento já era para nós termos a escritura, e a BANCOOP diz que nós devemos para ela por causa dessa captação.

O detalhe, e eu faço essa sugestão, é que, em vez de os advogados da BANCOOP ficarem tentando massificar que ela é perfeita, maravilhosa, mesmo com tantas vítimas, que eles venham a público dizer onde foram parar os 40 milhões de reais dos fundos de pensão injetados na conta da BANCOOP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Como é o que o senhor sabe desse valor?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Esse valor é amplamente divulgado. Os próprios fundos de pensão FUNCEF, PETROS, BANESPREV e



PREVI divulgaram o quanto eles investiram na BANCOOP. O que ninguém sabe é o que custou para a BANCOOP quitar.

Com relação aos fundos, está aqui o documento — o levamos à CPI recentemente —, que é um apanhado.

Na CPI que está acontecendo em São Paulo, nós, da Associação Cachoeira, destacamos um fato curioso. Por que nos envolvemos nisso? Porque estamos sendo cobrados por isso.

O relatório da BANCOOP, que ela envia anualmente, diz que é uma capacitação financeira que julgamos ser diferente. Ela fez empréstimos de financiamentos sob cláusula de sigilo. Nenhum cooperado sabe o que é isso. Em 2007, dizia-se que eram 11 milhões de reais; em 2008, 21 milhões; e em 2009, agora, no final, já estava em 45 milhões de reais.

Surgiu uma dúvida, porque ela disse que vai quitar esses valores de 18 milhões que faltam até 2011. Então, surgiu uma dúvida para nós. Será que ela, a direção, não foi pegar dinheiro emprestado em algum lugar e quitou os fundos para dizer que estava tudo bem, mas permanece uma dívida de milhões de reais que nós desconhecemos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Os senhores têm ação judicial para saber dessas informações?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sobre essa capacitação financeira, não. Nossa ação judicial, a inicial fala sobre uma prestação de contas e sobre o que achamos ser inexigível, mas não sobre isso aqui, porque é um fato recente, divulgado recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Está bem.

Alguns dos senhores gostariam de falar sobre a questão dos fundos de pensão? Conhecem alguma coisa?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Conheço a matéria de jornais, de divulgação, da Internet. Tenho conhecimento, mas, em suma, é mais ou menos o que o nosso colega Marcos disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Para finalizar, os senhores consideram temerária a gestão do Sr. Vaccari Neto e dessa diretoria da BANCOOP? Os senhores consideram uma gestão temerária essa?

[P19] Comentário: No sentido de imprudente, não de temerosa, que infunde temor.



O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Olha, eu posso falar pela minha unidade e por outras vítimas que estou acompanhando de perto.

A partir do momento em que você coloca a sua família em uma unidade, paga por ela, não obtém escritura, é cobrado indevidamente e, além disso, aparece um oficial de justiça para penhorar a sua unidade e, quem sabe, retirar a sua família dali, há uma gestão temerária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Os senhores também consideram isso?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Considero, porque, se você tem uma contabilidade que tem 2 milhões e 700 mil reais e, como diretoria da cooperativa, assume que há na conta esse valor, não havendo isso na conta, não havendo nada na conta, há uma gestão temerária.

E há outros elementos. Por exemplo, a questão da cláusula de confidencialidade com as construtoras; nós não podemos ter acesso a nenhum documento que seja da cooperativa, mas nós, cooperados, deveríamos ter esse acesso.

A outra coisa muito importante é essa questão da não possibilidade de participação nas assembleias, essas assembleias que são fraudadas; há documento mostrando que as assembleias são fraudadas.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - No meu caso, respondo por mim também.

Tenho, no meu Termo de Autorização de Uso Antecipado, parcela zero, déficit zero, resíduo zero, tenho tudo zero, porque tenho tudo pago, conforme mostra até uma legitimidade que tenho aqui, da própria BANCOOP, de todos os meus pagamentos.

Então, tenho um contrato descumprido em primeira instância e tenho um outro contrato de acordo de aporte descumprido. Então, temos medo de perder o que temos. Inclusive, no meu empreendimento, há pessoas que já receberam intimação para saírem do seu imóvel. No caso da D. Ângela, ela tem tudo pago, tudo certinho, e responde a uma ação de despejo.

Então, as pessoas ficam temerosas, ficam preocupadíssimas em relação ao seu bem já adquirido e não conquistado definitivamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - O senhor considera que é má gestão da BANCOOP?

O SR. ANTÔNIO MOLINA - É. Algum erro existe, e ele deve ser apurado, para que possamos saber quem são os responsáveis por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A senhora também acha isso?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Ele disse que, no nosso empreendimento, temos ainda, em caixa, 5 milhões e que foram arrecadados 36 milhões para 4 torres, mas estamos na dependência de ir para a rua. Eu gostaria de saber...

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Só concluindo esse pensamento da D. Dinalva, realmente foi comprovado e está até em juízo a confirmação da própria BANCOOP de um dinheiro retirado do nosso empreendimento que na época seria 5 milhões. Isso foi comprovado até em juízo. Na época, em 2005, era 5 milhões. Hoje, corrigido, não sou matemático, mas deveria estar em 6, 7 milhões, e foi retirado de nosso empreendimento sem nenhuma autorização de quaisquer que fossem os cooperados. Então, esse dinheiro tem que voltar para nossa conta, para que nosso prédio seja acabado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Vocês não sabem a destinação desse dinheiro.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Não sabemos. Empréstimo solidário. É a única palavra que eles usaram. Empréstimo solidário, e o dinheiro não está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Só para concluir. Os senhores acham que houve utilização política da BANCOOP?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Eu, particularmente, não posso dizer, porque de política pouco entendo. Então, não posso dizer. Isso aí eu não posso afirmar. Se eu tivesse certeza disso, eu afirmaria com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Muito bem.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sobre esse ponto político, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Claro.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Temos uma carta em que o ex-Presidente Malheiro pedia votos para algumas pessoas ligadas a um partido político.



Nem vou citar o partido aqui, mas vocês já devem saber qual é. Então, ele mandou para todos os cooperados uma carta. Além do que ele também se candidatou à Vice-Prefeitura de Praia Grande, num determinado momento, e houve ali injeção de dinheiro das empresas do Sr. Malheiro financiando a campanha dele. Só que essas empresas são as mesmas que prestavam serviço para a BANCOOP. Aí a Promotoria Criminal de São Paulo entrou, no momento em que se descobriu que os diretores da BANCOOP tinham empresas, e não era uma ou outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Pode dizer o nome dessas empresas?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Pois não. Eu trouxe um relatório aqui com todas essas empresas. O relatório é esse, e eu vou citar algumas empresas dos ex-diretores da BANCOOP: Germany Construtora, Mirante Artefatos, Promoassessor; Infopress; Celeus, Habitabem, Master Fish; BANC, depois virou, Conservix, Vita, Nova Era.

Todos essas empresas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - São diretores da BANCOOP?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sim. Os mesmos diretores da BANCOOP. Na época do auge, do *boom* da BANCOOP, eles criaram essa empresas. Por exemplo, a Germany fazia as obras, a Mirante fazia os blocos.

E o que hoje o Promotor Criminal de São Paulo está fazendo? Ele teve acesso à documentação e está fazendo um raio X, um levantamento. Pelo que sabemos, que vimos na imprensa, na revista *Veja*, milhões de reais da BANCOOP foram destinados a estas empresas. Então, é preciso saber agora, fazer uma avaliação técnica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - De proprietário, de diretores?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Exatamente. E com CNPJs também. Vou deixar o relatório com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Muito obrigado.

Gostaria de encerrar minha participação.

Deputado Silvio Torres tem a palavra.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar os convidados, agradecer também em nome da Comissão. De início, quero dizer que estão de parabéns pela coragem e determinação de levar adiante essa luta pelos direitos de vocês e daqueles que acreditaram em vocês e continuam acreditando nessa luta.

Lutar contra o Poder é muito difícil. Infelizmente, a luta de vocês é contra mais do que uma cooperativa, mas de todo um esquema que dá suporte a essa cooperativa, um esquema, sem dúvida alguma, de sustentação política também.

O Promotor José Carlos Blat é um homem correto, sério, está fazendo esse trabalho há muito tempo, como se sabe; não entrou nisso agora, mas vem fazendo essa investigação há anos. E agora ele conseguiu elementos para entrar com a denúncia, divulgando à sociedade. Ele também sabe que é muito difícil que situações como essas sejam resolvidas.

Esta Comissão está agindo no sentido de ser mais um instrumento para ajudar na solução e no esclarecimento dessa grave questão, que está tendo repercussão nacional. O Deputado Vanderlei Macris está de parabéns pela iniciativa de ter trazido esse problema, que tem a ver com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que presidi até março do ano passado. Nossa missão é fiscalizar recursos públicos, todos que, diretamente ou indiretamente, saiam dos cofres públicos. E esse é um caso típico, tem dinheiro de fundo de pensão, do Fundo de Garantia e provavelmente muito mais coisas que ainda iremos saber.

Vou fazer algumas perguntas, Deputado. V.Exa. já fez as mais importantes e os esclarecimentos foram bastante elucidativos. Essa obstrução à presença de vocês, que me parece que a todas as assembleias, é só com relação a vocês que lideram esse processo, que representam, ou a outras pessoas também, cooperados que não sejam comprometidas com os resultados? Esta é a pergunta que eu queria fazer.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Posso responder. Nessa última assembleia, em que o notário compareceu, 109 pessoas foram impedidas de entrar. Então, não são 109 líderes, são cooperados que queriam entrar e participar da assembleia, mas que não puderam entrar. E outras pessoas que não eram cooperados entraram.

[p20] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:20 Taq.:Gilberto Rev.:



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A minha pergunta seria a seguinte: algum de vocês é filiado a partido político ou representa algum partido político nessa questão?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - No meu caso, não.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Nem eu, tampouco

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Nenhum de vocês é filiado?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Não, nenhum.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Não, a gente não representa nenhum partido, não tem filiação a nenhum partido formalmente.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - E, como curiosidade, se vale a pena dizer, nem Título de Eleitor eu tenho. No meu caso, na época militar, eu fui penalizado por não querer servir o Exército. Naquela época — talvez os senhores conheçam melhor esse procedimento —, eles penalizavam as pessoas não dando Título e isentando-as de voto. Então, eu tenho uma isenção eleitoral hoje. Estou tentando recuperar, mas infelizmente até isso me foi cortado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A minha pergunta tem razão de ser pelo seguinte. Não há como alegar, no caso, que isso seria uma questão política. Aliás, alegaram isso contra o Dr. José Carlos Blat, que ele estaria fazendo isso politicamente e poderia, de alguma forma, estar vinculando vocês. Então, eu quero, Deputado, que fique constando que, por mais que queiram, esta não é uma questão política. São cidadãos que se sentem lesados por uma instituição pública, que estão atrás dos seus direitos e estão, inclusive, sendo impedidos de participar das reuniões e de levar seus problemas a frente, buscando uma solução. Eu quero deixar isso registrado.

E quero perguntar também a vocês se conhecem os diretores da BANCOOP, aqueles que assumiram após 2004. Três faleceram num acidente: o Presidente e mais dois, segundo o que li na imprensa. Vocês já tiveram algum diálogo com os diretores, além do Sr. João Vaccari?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - No meu caso, não. São pessoas ligadas ao Sindicato dos Bancários. Não existe contato com ninguém da área financeira ou da área diretiva.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Alguém de vocês conhece?



O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - No meu caso, também não.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Só o Vaccari. Só o Vaccari, que, em reuniões, tentando resolver o problema, a gente ia até o BANCOOP, fazendo parte dessa comissão, tentando costurar esse acordo que é absurdo, que só traz prejuízos a todos os cooperados e livra a cara da diretoria da cooperativa de qualquer responsabilidade, e ainda ganha mais alguns milhões em cima dos empreendimentos. Fora essas conversas para tratar assuntos relativos à seccional, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas não sei se foi o Sr. Marcos que disse...

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Acho que foi o Cléber quem disse. Nomeou os diretores que são diretores e ao mesmo tempo proprietários de empresas que realizam obras.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Ah, sim fui eu.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Esses vocês conhecem?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Não, veja. Essas 3 pessoas que nós citamos e um quarta que ainda está viva, o Sr. Tomás Botelho Fraga, montaram todas essas empresas.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E eram diretores da BANCOOP?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Eram diretores da BANCOOP ao mesmo tempo. Então, por exemplo, a Germany construiu unidades habitacionais para a BANCOOP. Então, imagine só: quem pagava a Germany? Quem assinava o cheque? O próprio proprietário e dirigente da BANCOOP, Sr. Malheiro. Então, havia essa cumplicidade. Nós não sabíamos disso, nenhum cooperado sabia disso! Então, eles, como dirigentes da BANCOOP, montaram empresas e eles mesmos se pagavam.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Consta da denúncia que eles, inclusive, foram doadores na campanha de 2002.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Ah, sim. Isso, sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não sei se esse assunto já havia sido levantado.

[P21] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:21 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sim. Só para complementar V.Exa. e dar mais elementos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Tem um caso aqui que seria interessante que ele colocasse.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Esse organograma mostra a BANCOOP desse lado — infelizmente, não houve tempo de trazer um *pen drive* e exibir —, os 4 diretores da BANCOOP e todas as empresas que eles montaram. Essas empresas, sim, faziam doação ao partido político em questão.

(Segue-se exibição de imagens.)

No momento da captação financeira dos FIDCs, existe um gestor da Planner. Esse cidadão também doou 60 mil reais ao partido em questão, no meio da operação. Então, o que o Ministério Público está apurando é o porquê da complexidade toda e se isso lesou as pessoas. Essa é a investigação. Logo, havia a doação. Da BANCOOP, foram...

[P22] Comentário: Conferido: "Fundos de Investimento em Direitos Creditórios". Andréa N.

[P23] Comentário: Conferido: Corretora Planner. Andréa N.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi na eleição de 2002. O total das doações que foram...

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Nós não levantamos esse total. O Ministério Público está fazendo isso agora. O que falei a V.Exa. neste instante foi que, em 2004, momento em que o Malheiro queria ser Vice-Prefeito da Praia Grande, esse cidadão, que foi o gestor da Planner, doou 60 mil para o mesmo partido. Então, o Ministério Público está estudando esse envolvimento deles.

[P24] Comentário: Conferido. Andréa N.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ele foi processado por gestão fraudulenta, inclusive?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - É. Esse cidadão, e precisamos tomar cuidado ao falar, mas o que posso fazer é noticiar a V.Exas. o que foi publicado na empresa. O gestor do Fundo da Planner, BANCOOP FIDC 1, foi condenado numa ação movida pelo Ministério Público Federal. Dono da corretora foi acusado por Parlamentares de causar prejuízo milionário aos fundos de pensão. Esse cidadão foi o gestor do Fundo BANCOOP.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Qual é o nome dele?



O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - O nome dele é Carlos Arnaldo de Souza. Ele foi gestor. Parece-me que é o proprietário da Planner. Na verdade, não temos nada contra o cidadão. Só estou noticiando a V.Exa.

Está aqui, vamos corrigir. Carlos Arnaldo Borges de Souza, esse realmente é o nome do gestor que foi condenado por gerir de maneira possivelmente irregular numa ação do Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A minha pergunta era se esses diretores do BANCOOP, os de hoje ou os de antes, eram filiados a algum partido político.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Ah, sim, todos filiados a partido político.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Todos os diretores eram filiados a partido político?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sim, sim, porque todos os ligados ao Sindicato dos Bancários são ligados a esse partido político. Eles têm uma ligação íntima, envolvimento. Num determinado momento, o Sr. Berzoini foi Presidente do partido, o Sr. João Vaccari, hoje, Tesoureiro do partido.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim. A ligação do partido com o Sindicato dos Bancários é pública.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - É conhecida, sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas a minha pergunta é se os diretores também eram filiados ao partido político.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sim, todos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Todos eles eram filiados ao partido político?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Todos. Isso está comprovado na lista de doações existentes ao partido onde também figuram essas mesmas pessoas, o que não é um crime, mas é só uma ligação que foi apontada. Estou citando isso porque acompanhamos esses pequenos detalhes numa investigação do Ministério Público.

[P25] Comentário: Conferido.
Andréa N.



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Vocês sabem dizer qual o salário do Presidente do BANCOOP e dos seus diretores? Se eles recebem salário e qual é o salário?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Recebem, mas, particularmente eu não sei.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Também não sei.

Só para o Deputado saber, nós não temos muita informação porque não temos acesso à documentação. As coisas que ficamos sabendo são as que, às vezes, vazam. Às vezes, algum funcionário passa alguma documentação, algo assim. Mas não temos acesso, não podemos chegar à cooperativa e dizer: eu quero ver a sua documentação. Não temos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Essa informação vocês não têm, não é?

Sr. Presidente, Deputado Macris, tenho mais alguma coisa, mas queria fazer uma sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Claro.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Que esta Comissão requeresse informações à BANCOOP sobre quem são os diretores, se são filiados a algum partido político e qual o salário de cada um. E uma informação, que seria outra pergunta: se a Comissão teria o poder de requerer o nome das pessoas que participaram das assembleias e reuniões das quais foram excluídos os líderes e se essas pessoas eram cooperadas. Então, o nome e se eram cooperadas.

Acho que esta Comissão tem condição de obter essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Deputado Silvio Torres, nós providenciaremos isso. Talvez seja necessário a assinatura de V.Exa em um requerimento para ser votado na Comissão. Dessa forma formalizaríamos esse requerimento. Eu vou encaminhar e providenciar para V.Exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não só essas perguntas, mas outras que possam surgir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Outras que surgiram desses depoimentos.



O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Deputado, só um adendo a esse pedido. Provavelmente todos vão ser cooperados. Agora, é precisa ver se esses cooperados têm unidades, se eles compraram algum empreendimento. A pessoa pode se tornar cooperado na hora e votar. Então, provavelmente eles vão ser cooperados. O mais importante é saber se esses cooperados têm algum empreendimento, por que se eles não têm empreendimento é muito fácil na hora se cadastrarem e votam. O mais importante é que eles tenham empreendimento na BANCOOP.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Com relação a isso, uma observação, Dinalva, uma pessoa foi depor no Ministério Público, Dr. Blat, parece-me que o número é de 70 pessoas, que ele entrevistou. E uma delas disse — está registrada no papel — que eles eram contratados pela BANCOOP como funcionários para se tornarem cooperados e ganhavam por um dia um certo salário. Esse depoimento já existe.

[P26] Comentário: Promotor do Ministério Público de São Paulo Dr. José Carlos Blat.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu não sei se ouvi. Quando os fundos foram pagos e reembolsados do investimento de 47 milhões de reais, segundo as informação que eu tenho.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Segundo o que diz a BANCOOP, no finalzinho de 2009.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Final do ano passado.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sim. Mas nenhum cooperado tem ciência do destino desse dinheiro e como foi pago.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Essa é mais uma questão. Gostaríamos de obter a informação de quando foram pagos e com que recursos pagaram. Queremos saber de onde vieram os recursos para pagarem esse dinheiro.

Uma outra questão, o Ministério Público já ouvir os senhores?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Sim, já ouviu.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Já ouviu. E o Ministério Público continua em contato com os senhores?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Continua, sim. O que acontece? Como a investigação está em curso, às vezes, o Promotor marca reuniões conosco



para que a gente passe informações sobre determinado empreendimento. Por exemplo, temos aqui um levantamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Decline seu nome, por favor, para efeito do registro de quem está falando.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Marcos Sérgio Migliaccio, do condomínio Edifício Cachoeira.

Às vezes, o Promotor nos contata para que a gente possa elucidar algumas dúvidas dele. O dia a dia dele não é o mundo BANCOOP, é o nosso. Por exemplo, temos aqui o levantamento que fizemos de todos os lançamentos, a data. Todos os lançamentos e as obras foram antes do Presidente Malheiro falecer. Não houve nada depois do falecimento dele. Pelo contrário, o caos se instalou na Cooperativa após a morte. Dali para frente o caos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Após a entrada do Presidente para sanear as finanças.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Ah, sim. Agora, o que quer dizer sanear, pode ter outros significativos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O senhor tem conhecimento de que o Ministério Público tenha proposto delação premiada para algum dos envolvidos?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Estive em uma reunião com o Dr. Blat, na semana passada, em nome do Edifício Cachoeira, até para levar uma informação sobre uma sentença que nos pediu. Parece-me que ele fez a delação premiada para Tomás Botelho Fraga.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Que é quem?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - É o único diretor fundador vivo daquele grupo dos quatro. Existem outras pessoas que estavam na fundação da BANCOOP, estão vivas, trabalham no Sindicato dos Bancários. Mas parece-me que ele ofereceu a delação, até porque o Tomás acompanhou a fundação da Germany, da Mirante, empresas que receberam muito dinheiro da BANCOOP. Então, parece-me que o motivo da delação foi esse.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Uma outra questão. Se alguém ou algum diretor da BANCOOP procurou algum de vocês individualmente para propor



algum tipo de acordo que pudesse amenizar essa frente, digamos, essa luta de vocês.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Falando pela Associação Cachoeira, nunca. Pelo contrário, fomos muito mal tratados. Um dos dirigentes da BANCOOP, numa das reuniões disse que se nós estávamos descontentes com o aporte, que fôssemos reclamar no cemitério com os diretores que morreram.

Então, nunca procuraram ninguém do Edifício Cachoeira.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - A pergunta, Deputado, é se eles nos procuraram para que revolvessem o nosso problema pessoal ou da seccional.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Fazer um acordo no sentido de que alguém se retirasse, digamos, dessa frente de luta; se alguém foi tentado ser cooptado, digamos assim — essa é a palavra?

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR - Não. Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Pois não. Decline o nome, por favor.

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Eu fui em plena assembleia. Ele pediu para eu passar para o lado dele.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - E ofereceram alguma coisa para a senhora?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Depois a gente conversaria. Eu disse que eu estava lá em nome de 15 mil cooperados. O que ele fizesse para mim, faria para todos os cooperados.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas a senhora pode identificar quem fez essa proposta.

A SRA. DINALVA LOMBARDI - O Sr. João Vaccari Neto.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Ele mesmo.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Eu tenho a impressão que o microfone não está funcionando, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Há outro microfone ligado ao lado dela.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Repita a pergunta, Deputado.

[P27] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:23 Taq.:Herculano Rev.:



O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - A pergunta foi se a senhora ou alguém de vocês foram procurados por algum diretor da BANCOOP para propor uma cooptação ou que deixassem de continuar a luta.

A SRA. DINALVA LOMBARDI - Por duas vezes, uma numa reunião no próprio empreendimento e outra numa assembleia. Ele pediu para que eu passasse para o lado dele. Se eu passasse para o lado dele, depois a gente conversaria. Eu falei para ele que eu estava lá em nome de 15 mil cooperados. O que ele fizesse para mim, era para fazer para os 15 mil cooperados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - O nome de quem fez a proposta?

A SRA. DINALVA LOMBARDI - João Vaccari Neto.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - O.k., Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO MOLINA - Não em relação a isso que a Dinalva está falando, mas o Dr. Vaccari Neto esteve no nosso empreendimento — uma das vezes eu vi, mas foram 4 ou 5 vezes — na época que começou o problema de parar as obra, aí, sim, para tentar convencer os moradores, na época, eu não fiz parte de nenhuma reunião, mas eu sei disso, a Dinalva pode confirmar, para tentar explicar para gente que a Cooperativa estava em bom andamento, que tudo iria sair, que a gente não se mobilizasse contra a BANCOOP, porque estava tudo em ordem. Era só uma questão de tempo. Esse tempo já faz 5 anos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu vou finalizar com uma última pergunta para todos. Na opinião de vocês, houve desvio do dinheiro da Cooperativa para particulares ou para partidos políticos?

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Eu posso falar sobre isso. Nós aguardamos ansiosamente a manifestação do Dr. Blat. Ele está trabalhando de uma forma bem sigilosa e dificilmente libera informações. Mas nós achamos que entre esses 70 depoimentos já coletados há muitos fatos. Eu posso falar de um depoimento ao qual tive acesso, através de uma ação trabalhista. Uma funcionária da Mirante e da Germany disse que foi convencida a ser laranja de empresas deles, dos ex-dirigentes. Está numa ação trabalhista, tenho acesso, é público, posso falar. Então, a única coisa que eu perguntei ao Dr. Blat foi o seguinte: ela confirmou o fato? Ele disse: “Sim”.



Então, a gente espera que venha muita coisa em breve, através da denúncia dele. Mas nos parece que a coisa dentro da BANCOOP não funcionava muito 100%.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Vou dar uma ideia da dimensão, Sr. Presidente, não sei se isso foi abordado. Nas estimativas do Dr. Blat, houve desvio de 100 milhões de reais durante todo esse tempo de trabalho da BANCOOP. Só para dar uma dimensão do que estamos tratando, porque pode parecer para alguns que não estão acompanhando o assunto que é uma discussão de condomínio. Na verdade, estamos tratando de 100 milhões de reais de dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - E quando se fala em 100 milhões de reais, Deputado Silvio Torres, é bom afirmar também que existe fundo de pensão nessa questão, e que está mal explicado ainda. A Comissão precisa, deve saber e vai querer saber. Até porque a Comissão de Fiscalização e Controle só pode entrar nessa questão — até porque a Assembleia de São Paulo já investiga esse fato, o Dr. Blat, em São Paulo — quando há fundo de pensão. E, no caso, nós temos obrigação, na condição de Comissão, de saber tudo o que aconteceu em relação a isso.

Portanto, V.Exa. tem razão, especialmente quando se tem notícias de números dessa natureza.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - A Presidência permite um comentário breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Sim. Pois não.

O SR. MARCOS SÉRGIO MIGLIACCIO - Sobre essa história de 100 milhões de reais que é muito repetida, a BANCOOP fala que isso não existe. Eu não posso afirmar nada sobre isso, mas uma coisa eu posso afirmar. Em 2005 e 2006, o resíduo inventado, sugerido pelo Sr. João Vaccari Neto, depois de fazer os seus cálculos particulares, que hoje são condenados pela Justiça, porque ele não anexa nada nos autos, é a palavra quase que unânime, que comprova o débito dessas pessoas, inclusive a minha pessoa.

No Informativo BANCOOP, Balanço Social de 2006, ele diz: Direção BANCOOP. Contas a receber por seccional. Pelo cálculo dele, as seccionais estavam devendo, em 2006, 165 milhões de reais. Então, esse número de 100 milhões de reais não é uma coisa tão absurda para o universo BANCOOP. Se ele

[P28] Comentário: Sessão:0543/10
Quarto:24 Taq.:Herculano Rev.:



queria captar, se todas essas pessoas pagassem instantaneamente em 2006 e não fosse à Justiça, entraria 165 milhões de reais.

Eu vou deixar uma cópia com a Presidência para que os senhores também tenha acesso ao relatório.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Chegamos ao final da reunião.

A Presidência gostaria muito de agradecer a todos os que atenderam o nosso convite: Sr. Marcelo Fecho dos Santos, membro da Associação Saint Phillippe; Sr. Cléber Borges de Aguiar, Diretor da Associação de Adquirentes de Apartamentos Residenciais Vila Clementino; Sr. Marco Sérgio Magliaccio, Conselheiro do Edifício Cachoeira; Sra. Dinalva Lombardi, Conselheira do Edifício Anália Franco; Sr. Antônio Molina, Conselheiro do Edifício Anália Franco.

Quero também agradecer pela contribuição que deram ao trabalho desta Comissão. E se for necessário e houver por parte dos senhores qualquer informação nova, por favor remetam à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, pois teremos imenso prazer em dar continuidade aos trabalhos.

Agradecemos a todos os Srs. Deputados que compareceram, aos senhores e senhoras da imprensa. Muito obrigado.

Não havendo nada mais a ser deliberado, declaro encerrada a reunião.

Está encerrada a reunião.